



**Assessoria Técnica da Comissão de Cultura
da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**

**Relatório do Encontro com Trabalhadores da Cultura
na Região das Baixadas Litorâneas
realizada em 06 de setembro de 2019.**

Presentes do poder público e da sociedade civil¹:

Edilúcia Marques — Secretária Municipal de Cultura de São Pedro de Aldeia; e **José Facury** — Conselheiro Estadual de Políticas Culturais, representante da região — Cabo Frio; compuseram a mesa junto com o deputado estadual **Eliomar Coelho** — presidente da Comissão de Cultura da ALERJ.

Felipe de Souza Borel — Escritório Técnico da Região dos Lagos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN; **Cláudio Tostes** — Assessoria do deputado estadual Waldeck Carneiro, Comissão de Cultura da ALERJ.

Araruama: **Ruan Carlos da Silva** — Poder Público/Igualdade Racial; **Jorge Resende** — Partido Socialismo e Liberdade — PSOL; **Marcia Maia** — Espaço de Arte e Cultura Casa do Artesão.

Armação dos Búzios: **Maria Elena Olivares** — Fórum Permanente de Cultura; **Yanieska Genaro (Shanah)** — Presidente do Conselho Municipal de Cultura/Audiovisual; **Andréa Amélia S. Oliveira** — Conselho Municipal de Cultura; **Sandra Rodrigues Lima** — Conselho Municipal de Cultura/Artesanato; **Sirlei de Souza** — Fórum Permanente de Cultura /Cultura Tradicional; **Larissa Rolim** — Fórum Permanente de Cultura / Artesanato.

¹ Não foi possível identificar todos os nomes que constam na lista de presença. Igualmente para os endereços eletrônicos. Assim como alguns não deixaram contatos na lista, apenas a assinaram.

Arraial do Cabo: Brian Uchôa — Subsecretário Municipal de Cultura; **Ives Passarelli** — Coordenador de Cultura.

Cabo Frio: Beto Junior — áreas de Cultura e Mídia, Cabo Frio; **Márcio Nascimento** — Conselheiro Estadual de Políticas Culturais, representante da região — Cabo Frio (suplente); **Sandra Ribeiro de Oliveira** — Conselho do Fórum Permanente de Cultura /Cultura Popular Tradicional; **Carlos Alberto de Oliveira** — Cultura Afro.

Casimiro de Abreu: Cristiano Pereira - Fundação de Cultura; **Gleicy Diniz Ramos** — Fundação de Cultura; **Ernani Nilton G. Boucinha** — Fundação de Cultura/Produção; **David Muniz** — Conselho Municipal de Cultura/Teatro;

São Pedro da Aldeia: Fabiana Evangelista dos Santos — Coordenadora de Eventos; **Renato Cosme Fulgoni** — Prefeitura Municipal/Ass. de Comunicação; **Ráira Morena Sales** — Prefeitura Municipal/Ass. de Comunicação; **Alexandre S. Aud Costa** — Secretaria Municipal de Cultura; **Vanessa de Almeida** — Secretaria Municipal de Cultura; **Edson Paes** — Secretaria Municipal de Cultura; **Rosângela Ribeiro** — Secretaria Municipal de Cultura; **Isis Monteiro dos Santos** — Secretaria Municipal de Cultura; **D. Guiomar** — Secretaria Municipal de Cultura; **Thiago Valadares** — Bloco de Carnaval; **Ilmar Gomes Ferreira** — Músico; **Ubiracema Teixeira Trevas** — Artesã; **Fillipe Oliveira** — Partido Democrático Trabalhista — PDT; **Ana Cristina da Silva** — Artesanato; **Geraldo Ferreira** — Conselho Municipal de Cultura; **Dóris E. Souza** — Artesanato.

Silva Jardim: Tadzia Maya — Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Silva Jardim; **Renata de Amorim Santiago** — Música/Estudante, Silva Jardim; **João Gabriel Valladares Cruz** — Artista Plástico, Silva Jardim; **Mary F. Lopes** — Artesã/Historiadora, Silva Jardim.

Objetivos, pauta e assuntos abordados:

- 1. Abertura da reunião:** O presidente, Eliomar Coelho, falou dos objetivos da reunião, a saber:
 - Escutar e conhecer as demandas, as necessidades culturais e as propostas da região, que tem uma população de 762.553 habitantes, abrangendo cerca de 5% da população do Estado, divididos por 10 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, Saquarema, Silva Jardim e o anfitrião, São Pedro da Aldeia .
 - Fortalecer, consolidar e efetivar plenamente a **Lei nº 7035/2015** que: *“Institui o Sistema Estadual de Cultura (...), o Programa Estadual de Fomento e*

Incentivo à Cultura e (...) as Diretrizes e Estratégias do Plano Estadual de Cultura.” e os seus componentes, Conselho Estadual de Políticas Culturais — CEPC, Plano e Fundo Estadual de Cultura. Assim como fortalecer e estruturar legalmente e legitimar os fóruns regionais de cultura como instrumentos do Sistema Estadual de Cultura — SIEC. **E colher subsídios junto aos agentes e gestores para que seja possível cobrar medidas de concretização do Sistema à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.**

- O presidente, Eliomar Coelho, solicitou que os municípios, agentes e gestores culturais mandem as suas agendas e atividades para a Comissão de Cultura pelo e-mail comissaocultura.alerj@gmail.com, para que haja divulgação na página no Facebook, além de a “curtirem” no endereço <https://www.facebook.com/ComissaoCulturaALERJ/>.

2. Em resumo, os participantes abordaram os seguintes assuntos²:

Sistemas estadual e municipais de Cultura:

CEPC: foi apontada a preocupação que o órgão, considerado imprescindível para que o Sistema, e, sobretudo, o Fundo Estadual de Cultura, possam avançar, tenha tido um processo eleitoral atribulado e por final esvaziado, fazendo com que a posse só acontecesse recentemente, após oito meses do início do processo eleitoral.

Fundo Estadual de Cultura: expectativa dos gestores e agentes culturais para que o Fundo seja, de fato, implantado e contenha, entre os seus mecanismos de distribuição de recursos, os repasses Fundo a Fundo (do Estadual para os municipais — à medida que os últimos sejam também constituídos). Os municípios apresentam essa demanda considerando que serviria tanto para ativar o desenvolvimento das produções locais, assim como estimular a criação de estruturas municipais para a cultura.

Foi pontuado ainda que, na eventual adoção desse mecanismo de transferências, é necessário dar capacitação aos gestores municipais, e adotar critérios públicos de “como” e “para quê” destinar os recursos, e, ainda, esclarecer sobre as obrigações

² Os assuntos foram resumidos conforme a capacidade de registro manual da assessoria técnica durante o encontro. Observada esta limitação, alguns assuntos não foram totalmente registrados e estão dispostos conforme a ordem de apresentação no encontro. Quando ocorrer mais de uma citação ou abordagem, elas foram agregadas, conservando os pontos divergentes.

das prefeituras quanto aos seus próprios fundos.

Sobre o assunto, foi informado que a Comissão de Cultura fez uma audiência pública sobre o tema. Na ocasião a SECEC disse que o regime de recuperação fiscal proíbe ou dificulta tal medida. De todo modo, como Comissão, seguiremos trabalhando para mudar essa questão. Acreditamos que os novos conselheiros estaduais de políticas culturais regionais devem também provocar o tema no Conselho Estadual de Políticas Culturais.

Fórum Regional: foi informado que, inicialmente formado apenas pelos gestores, desde 2014 o Fórum foi aberto para a sociedade, sendo permanente e com reuniões regulares mensais. E pontuado também que é um espaço de articulação, de troca de informações e de parcerias, uma vez que algumas respostas às demandas estão na própria região, podendo ser encontradas soluções pelos próprios agentes e gestores culturais.

Reuniões regionais: Foi sugerido que os conselheiros regionais de políticas culturais organizem reuniões regulares (bimestrais por exemplo) e abertas com o Fórum Permanente de Cultura para repassar informações, traçar estratégias de atuação etc.

As responsabilidades municipais: em quase todos os municípios da região, o quadro é similar: muitas demandas, pouca infraestrutura, recursos humanos e financeiros insuficientes.

A área cultural, por vezes, não é vista como um conjunto, um setor que tem suas necessidades, pautas e requer investimentos. É como se os prefeitos vissem o setor como "*pessoal*", algo ou alguém que se atende ou não, conforme a ocasião, sem considerar o todo e o direito constitucional à cultura.

Nesse sentido, diversos presentes agradeceram e parabenizaram o fato de a Comissão de Cultura se fazer chegar no interior. E que essa presença será sempre importante para mediar, interceder e/ou dialogar com os prefeitos e apoiar os gestores culturais.

É necessária a articulação da SECEC (considerada por vários presentes como inoperante e ausente regionalmente), da Comissão de Cultura e do Fórum visando a criação dos sistemas municipais de cultura, para estimular a organização e a participação da sociedade e a formação técnica para a gestão (elaboração e execução de projetos etc.).

Tanto os gestores como os agentes culturais frisaram que enfrentam muitas

dificuldades. O poder público apoia as manifestações culturais, mas não com recursos, uma vez que são inexistentes. Os produtores ficam sem saber como viabilizar eventos e projetos importantes, como as festas das culturas populares, os festivais de audiovisual, de teatro, etc.

Por outro lado, foi pontuado que os municípios da região estão em desenvolvimento, são destinos turísticos, mas que as próprias administrações não estão considerando a cultura nem como parte desse desenvolvimento nem como investimento que contribua com o desenvolvimento.

Os municípios da região têm um potencial grande de produção cultural, seja a informal, às culturas populares, até as mais voltadas para o mercado, mas não têm estrutura de apoio, informações sobre como captar recursos etc, e não há retorno, se não existe algum nível de investimento.

O município de Silva Jardim, por exemplo, informou que tem um Fórum Popular de Cultura. Também aprovou um Plano Municipal de Cultura, mas não existe o Sistema Municipal de Cultura e o necessário Fundo Estadual de Cultura. O Município, assim como outros da região, não tem recursos próprios para o setor. Na opinião dos agentes, se existir o Fundo, conseguem garantir recursos, mas é preciso fazer o “dever de casa”.

Foi frisado que os sistemas municipais de cultura são parte do Sistema Nacional de Cultura — Artigo 216 A da Constituição Federal — Sistema Estadual de Cultura — Lei nº 7035/2015 — que mudanças de governo ou conjunturais à parte, não podemos deixar retroceder essa estruturação. Sendo mais uma vez reforçado o papel dos municípios nessa articulação federativa.

Ainda sobre a escassez de recursos para o setor, foi questionado o papel da Comissão, como o órgão pode auxiliar na viabilização de projetos e/ou na construção de espaços culturais na região? Foi esclarecido que a Comissão é um órgão do Poder Legislativo, cabendo a ele as funções de criar leis, de fiscalizar a ação do Poder Executivo (Governo do Estado do Rio de Janeiro) e de ouvir demandas, de fazer a mediação e a interlocução com a sociedade civil e gestores públicos. A Comissão não tem detenção ou autonomia orçamentária para isso. Cabendo neste aspecto estudar o orçamento estadual anual e o plano plurianual para propor emendas, inclusão de programas etc, que contribuam com o desenvolvimento cultural do Estado como um todo. Além disso, ouvindo a sociedade propor leis que tenham essa perspectiva. E por esse modo a atual gestão da comissão decidiu priorizar o interior do Estado, onde considera que existem os maiores gargalos a serem enfrentados.

Formação e capacitação técnica:

Um dos pontos abordados por diversos dos presentes, a capacitação para a gestão cultural foi considerada como uma necessidade primordial para desenvolver ainda mais a área cultural na região e aproveitar o potencial existente.

Foi proposta a elaboração de uma cartilha para informação aos poderes executivos e legislativos municipais sobre o "kit básico" para o setor cultural: o chamado CPF da Cultura, Conselho, Plano e Fundo e o que — componentes, programas, recursos — não podem ser deixados de lado de forma nenhuma e garantidos que os municípios os tenham estruturados.

Foi proposta também a elaboração e oferta de cartilha e curso para os agentes e gestores culturais, conselheiros e fóruns de cultura, com enfoque nas ferramentas de gestão, incluindo as leis federal e estadual de incentivo à cultura e experiências de legislações municipais afins, e os principais conceitos referentes às políticas públicas para o setor.

E nesse sentido foi lembrada uma experiência que deu bons resultados: curso de produção e gestão cultural semipresencial, promovido pelo Programa de Desenvolvimento Cultural dos Municípios — PADEC, fruto de convênio entre a SECEC e o então Ministério, agora Secretaria Especial da Cultura.

Foi informado que a Comissão de Cultura sugeriu — e até hoje não teve respostas da SECEC — a criação de um Grupo de Trabalho composto pelas duas instituições citadas, SECEC e ALERJ, e instituições de ensino estaduais como Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Penna, Escola de Música Villa-Lobos, Fundação de Apoio à Escola Técnica — FAETEC e universidades estaduais e federais. O objetivo é propor um programa de formação e capacitação técnica para o setor, seja no tocante ao desenvolvimento de projetos e de gestão, assim como das expressões artísticas. E aqui também foi sugerido que os conselheiros cobrem esse tema junto à SECEC nas reuniões do CEPC.

Patrimônio Cultural Material, Imaterial e Educação Patrimonial:

Baianas de Acarajé: foi pontuado que falta na região uma ação mais efetiva em esclarecimento, defesa e promoção dessa manifestação que é reconhecida como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, inclusive por parte dos gestores municipais e do fórum. Por outro lado, foi cobrada a ação do escritório regional do IPHAN, orientando os gestores e agentes culturais. O representante do IPHAN informou que as questões sobre bens imateriais são centralizadas na Superintendência Estadual do órgão.

A Comissão de Cultura informou que recebeu a coordenação da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado do Rio de Janeiro — ABAM-RJ, que apresentou essa demanda citada na reunião regional e outras. A entidade é uma das convidadas para a Audiência Pública *Patrimônio Imaterial — Preservação e Fomento*, que se realizará ainda em outubro e que tem como objetivo sistematizar as demandas mais urgentes.

Outra preocupação apontada foi a de **atos de intolerância religiosa afetando as manifestações das culturas afro-brasileiras, como as danças, as religiões de matrizes africanas e as citadas baianas de Acarajé**. Nesse caso foi pontuado que as gestões municipais têm responsabilidade no combate a esses atos, promovendo campanhas de esclarecimento e de defesa da diversidade.

Mestres e Mestras das Culturas Populares: foi afirmada a necessidade da retomada dos editais para os fazedores das manifestações culturais populares e tradicionais. A já citada Lei nº 7035/2015 prevê um edital regular de premiação dos mesmos, que no momento não está sendo cumprido pela SECEC. Foi pontuado ainda que, na retomada desses editais, é importante que sejam simplificados, permitindo a maior participação de mestres e mestras.

A Comissão de Cultura informou que continuará a envidar esforços junto à SECEC para que com a execução do Fundo Estadual de Cultura essa premiação volte a ser regular. A já citada audiência pública tem a ver com essa agenda também.

E por outro lado estamos estudando para a elaboração de um **projeto de lei em apoio aos mestres e mestras das culturas populares, indígenas e de matrizes africanas no Estado do RJ, a partir das escutas realizadas ao longo do ano e de experiências de outros estados, sobretudo do Nordeste Brasileiro**.

Educação Patrimonial: Foi reafirmado o necessário diálogo com as secretarias municipais de educação, visando ações nas escolas voltadas para esclarecimentos e sensibilização sobre para as manifestações culturais populares e tradicionais.

Fomento às culturas populares: para além das questões da educação patrimonial e do fomento em nível estadual, foi pontuado que os municípios também devem ter responsabilidade com as manifestações de culturas populares que acontecem em suas regiões. São os casos das diversas manifestações de bois, a Festa do Folclore, em São Pedro da Aldeia (que não vem acontecendo em função da falta de recursos), assim como a Casa da Flor, no mesmo município, patrimônio edificado, de valor cultural e que, por motivos financeiros, sofre com problemas de estrutura, de pessoal e de preservação e acervos.

Proposta: Realização de um diagnóstico das expressões artísticas e manifestações culturais dos distritos e periferias dos municípios da região: foi pontuado que a questão do patrimônio cultural, histórico e ambiental é mais regional do que local/Municipal. Origens comuns a/em diversos municípios. O que pode ser feito com um curso simples (até 4 dias) para a capacitação de até 100 (cem) agentes culturais e que depois iriam a campo. Objetivando fazer um mapeamento concreto do que acontece nos municípios, as necessidades, sobre o patrimônio cultural, os griôs, os mestres e as comunidades tradicionais.

Feiras, artesanato e Economia Solidária: Foi sugerido criar no âmbito estadual um programa de incentivo às feiras, seja por serem geradoras de renda, mas também por serem meios de difusão da excelência cultural regional.

Outro ponto, já apresentado em outros fóruns, foi o de pleitear que o Artesanato administrativamente saía da área de Turismo e passe para a Cultura.

A Comissão de Cultura informou que fez audiência pública conjunta sobre as economias solidária e a criativa. Esses assuntos foram pautados, e buscaremos a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária para ver como agilizar os encaminhamentos sugeridos na ocasião.

E, por outro lado, a Comissão busca interceder junto à SECEC para que a "Economia Criativa" do órgão não seja voltada apenas para as indústrias culturais, mas também para os pequenos grupos, produtores e artesãos.

Juventude e culturas urbanas:

Assim como ocorreu em outras regiões, agentes e gestores culturais falaram da criminalização das manifestações das culturas urbanas, especialmente da juventude. A Comissão informou que recebeu representantes das manifestações culturais que vêm sofrendo perseguição: Funk, Rap, Samba, Arte nos Transportes Públicos, e temos tentado abrir conversas com o governador e Secretaria de Estado de Polícia Militar. E temos mantido diálogo com a Superintendência de Cultura e Sociedade da SECEC sobre esse assunto. E pede que quem tem relatos nesse sentido formalizem pelo e-mail comissaocultura.alerj@gmail.com para que possamos sistematizar em documento a ser entregue oportunamente.

Além disso:

- Foi desarquivado o Projeto de Lei 1730/2012 do ex-deputado estadual Robson Leite para garantir os artistas de rua no Estado como um todo;

- Iremos divulgar nas nossas redes e materiais impressos as leis já existentes, como a Lei Nº 7837/2018, sobre o Hip-hop (e das rodas de rima) do então deputado estadual, agora federal, Marcelo Freixo;
- Estamos acompanhando junto com o presidente da ALERJ, deputado estadual André Ceciliano, os desdobramentos da decisão do TJ, proibindo as apresentações artísticas no interior dos vagões de trens e metrô e nas barcas, conforme previsto na Lei 8120/2018 de autoria do próprio Ceciliano. Já foi feita uma reunião dos deputados Eliomar Coelho e Ceciliano e a Secretaria de Estado de Transportes.

Cultura e Educação: A necessidade de políticas comuns às duas áreas foi apontada por diversos agentes, seja no tocante ao patrimônio, como vimos no item específico, seja pelo incentivo à experimentação artística e acesso aos produtos e bens culturais pelos estudantes. Nessa perspectiva, foi citado o programa Mais Cultura, fruto de convênio entre os ministérios da Educação e o então da Cultura, lançado em 2013, como uma experiência importante na relação entre a Cultura e a Educação. Municípios como Silva Jardim, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, ao menos, a citaram. E, em Arraial do Cabo, foi informado que continuam fazendo ações culturais junto à educação e do esporte, e, caso tivessem apoio do Estado, poderiam ampliar as áreas atendidas pelo programa no nível municipal.

Arte como expressão ou empreendimento: Foi afirmado que nem todos os artistas são ou querem ser "empreendedores", e/ou querem ter as suas ações vinculadas unicamente à ideia de economia criativa. Mas isso não significa que não precisam ser remunerados pelo seu trabalho. E que a Comissão de Cultura deve estar atenta a isso, fazendo respeitar políticas culturais de desenvolvimento cultural que não passam apenas pelo mercado ou por iniciativa empreendedora, lembrando que a Cultura é direito, acima de tudo.

Potencial agregador e gerador de renda de festivais na região: entre os pontos abordados que potencializam a região, combinados com as questões ambiental e o foco turístico, são os festivais, como os de música, de teatro (tradicional, infantil, de bonecos e rua), o de Audiovisual (com ações de capacitação para ferramenta que está nas mãos das pessoas, os aparelhos de telefone celular. E conscientizando as crianças e jovens para não usarem só para jogos eletrônicos ou fotos e vídeos particulares, mas também como meio de produção cultural) e outros. Mas os produtores se ressentem de mecanismos de apoio nos próprios municípios, regionalmente, e no uso das leis de incentivo à cultura em vigor, que, ao darem autonomia para as empresas decidirem como utilizarem os seus recursos via renúncia fiscal, acabam concentrando-os na capital do estado. Foram requeridas ações que efetivem a regra de 60% dos recursos do Programa de Financiamento à Cultura do Estado, PEFIC, para o interior, conforme previsto na Lei nº 7035/2015.

Outro assunto delicado, mas que foi abordado diretamente, é como, muitas vezes, a **forma tradicional e coronelista de fazer política interfere negativamente no desenvolvimento dos municípios e da região**. Em alguns casos, as diferenças políticas entre atuais e ex-prefeitos, ou de lideranças locais que ascenderam à lideranças estaduais ou federais e as que estão na liderança regional ou municipal, levam uma das partes a agir de modo não republicano, ou, no mínimo, sem o sentido de servir ao público, preferindo atender aos seus interesses políticos, empresariais ou econômicos. Por vezes, até impedem que se estabeleçam parcerias e pontes que seriam positivas para o desenvolvimento local. Consequentemente, as lideranças locais não conseguem acessar os governos estadual ou federal, por efeito de atitudes daqueles eventuais desafetos políticos que estão em posição mais central. Nesses casos, quem perde é a cidadania, as municipalidades, a região, como foi pontuado e lamentado na reunião.